

Augusto Campos

A presença de Linux e software livre em todas as urnas eletrônicas é ponto para o Brasil.
por Augusto Campos

No primeiro domingo de outubro, 130 milhões de brasileiros puderam participar diretamente de um dos maiores deployments do Linux no mundo, fato que na ocasião passou despercebido por muitos. As eleições municipais de 2008 foram mais um marco para nosso país: se desde 2000, quando as urnas eletrônicas foram aplicadas pela primeira vez em 100% dos municípios brasileiros, somos o maior case deste tipo no mundo, e a partir de agora somos também o maior case de uso do software livre nesse tipo de aplicação.

A interface com o usuário permanecia a mesma adotada nos anos anteriores, e assim o eleitorado brasileiro usou o Linux sem perceber.

Espalhadas pelos 5.563 municípios brasileiros, havia uma urna eletrônica em cada uma das mais de 400.000 seções eleitorais do país, e em todas elas rodava o kernel Linux, acompanhado por um conjunto de outros softwares livres (bibliotecas básicas etc.) e dos aplicativos desenvolvidos pela própria Justiça Eleitoral.

E, como esperado, para os eleitores nada disso era especialmente visível. A interface com o usuário permanecia a mesma adotada nos anos anteriores, e assim o eleitorado brasileiro usou o Linux sem perceber, da mesma forma como fazem tantos clientes de caixas eletrônicas, operadores de caixa de supermercados e outras categorias de usuários de aplicações.

Para os técnicos dos TREs e até mesmo para os mesários, a presença do Linux era um pouco mais visível. Ainda que não haja acesso a uma shell comum

e muito menos a um ambiente gráfico desktop, ao ligar a urna é possível acompanhar o boot do kernel, apresentado da maneira tradicional, com as linhas de texto correndo em uma tela de console e o logo do Tux exibido no topo, orgulhosamente à frente da imagem de uma urna, ao lado do brasão da República e da identificação da Justiça Eleitoral.

As urnas brasileiras adotam a arquitetura do PC, com processador compatível com a linha x86 da Intel, mas com desempenho e demais capacidades adaptadas à (baixa) demanda do processo eleitoral, que ocorre offline e com pouco processamento local. Até mesmo os procedimentos criptográficos adotados (baseados em padrões abertos) estão ao alcance de CPUs com clock bem menor que a do seu computador pessoal.

Deixar de ter de dotar de caros sistemas operacionais proprietários um parque de tantas centenas de milhares de equipamentos certamente pode economizar recursos que serão melhor empregados na robustez, autonomia e até na logística associada a estes equipamentos. Mais do que pelo aspecto econômico, entretanto, a iniciativa merece ser avaliada pelo que significa em termos de transparência e segurança.

Quanto à abertura do código dos aplicativos, já houve avanços com as normas que passaram a exigir que o código-fonte fique à disposição da OAB, do Ministério Público e de todos os partidos, que depois assinam digitalmente o executável gerado publicamente a partir desses fontes. Mas a substituição do sistema operacional fechado pelo Linux é um passo muito mais visível, e ajuda até mesmo a provocar a discussão sobre a adoção do código aberto em mais aplicações governamentais. Ponto para o Brasil! ■

Sobre o autor

Augusto César Campos é administrador de TI e, desde 1996, mantém o site BR-linux.org, que cobre a cena do Software Livre no Brasil e no mundo.



Complete a sua coleção



Mais
informações

Site:

www.linuxmagazine.com.br

Tel: 11 4082-1300

LINUX
MAGAZINE

LINUX NEW MEDIA
The Pulse of Open Source